



Município da Madalena

REGULAMENTO GERAL DO MERCADO MUNICIPAL

DA MADALENA DO PICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

LEI HABILITANTE

O presente regulamento tem como legislação habilitante os artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, a alínea g) do nº 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea k) do nº 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 3 de Setembro e os artigos 74.º e ss do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de Janeiro, bem como, o artigo 11.º a 13.º do Decreto Legislativo Regional 37/2008/A de 05 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2012/A, de 28 de março.

ARTIGO 2.º

ÂMBITO

1-O presente regulamento visa estabelecer as regras de funcionamento e organização do Mercado Municipal da Madalena do Pico, doravante designado como Mercado, aplicável a todos os comerciantes que exerçam a sua atividade nele, independentemente do título de utilização dos espaços de venda.

2-O presente regulamento não isenta os titulares dos locais de venda do Mercado do cumprimento de todas as normas legais de natureza regional, nacional ou comunitária que sejam aplicáveis ao exercício da sua atividade comercial.



Município da Madalena

ARTIGO 3.º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente regulamento aplica-se a todos os utilizadores do Mercado, nomeadamente aos agentes económicos ocupantes dos espaços onde prestam a sua atividade, aos funcionários da autarquia responsáveis pela gestão de espaços e ao público em geral.

ARTIGO 4.º

DEFINIÇÕES

1-Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) "Mercado Municipal": recinto fechado e coberto, explorado pelo Município da Madalena, destinado à venda a retalho, de forma direta, de produtos alimentares ou outros de consumo diário generalizado, organizados por espaços de venda independentes, dotado de zonas e serviços comuns e possuindo uma unidade de gestão comum;
- b) "Entidade Gestora do mercado": Entidade competente para a gestão do mercado municipal, que será a Câmara Municipal da Madalena;
- c) "Espaços de venda": lugares objeto de direito de ocupação pelos seus titulares, podendo ser bancas, lojas ou lugares de terrado;
- d) "Zona Técnica de apoio": espaço composto pelas zonas de carga e descarga, pela área de recolha de resíduos sólidos, pelas instalações sanitárias e pelo gabinete dos serviços administrativos, fiscalização do mercado e inspeção sanitária;
- e) "Actividade de comércio a retalho": a atividade de revenda ao consumidor final, incluindo profissionais e institucionais, de bens novos ou usados, tal como são adquiridos, ou após a realização de operações associadas ao comércio a retalho, como a escolha, a classificação e o acondicionamento, desenvolvida dentro ou fora de estabelecimentos comerciais, e feiras, mercados municipais .



Município da Madalena

f) “Feira” o evento autorizado pela autarquia que congrega periódica ou ocasionalmente, no mesmo recinto, vários retalhistas ou grossistas que exercem a atividade com carácter não sedentário, na sua maioria em unidades móveis ou amovíveis, executando os arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos e os mercados municipais;

g) “Feirante” a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho não sedentária em feiras, mercados descobertos ou em instalações não permanentes;

h) “Vendedor ambulante”, a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho de forma itinerante, incluindo em unidades móveis ou amovíveis.

ARTIGO 5.º

LOCAL DE VENDA

Consideram-se locais de venda de produtos nos Mercados:

a) Bancas: instalações inamovíveis, autónomas, sem zona privativa para atendimento de clientes, confrontando diretamente com a zona de circulação ou espaço comum, no interior do mercado.

b) Lojas: os recintos fechados com espaço privativo para permanência de compradores, destinados à venda dos seus produtos.

ARTIGO 6.º

PRODUTOS COMERCIALIZÁVEIS NO MERCADO

1-O Mercado Municipal destina-se, primordialmente, à venda dos seguintes produtos:

a) Hortícolas de consumo imediato em fresco;

b) Agrícolas secos ou frescos de natureza conservável;



Município da Madalena

- c) Frutas frescas ou secas;
- d) Frutos secos e sementes comestíveis;
- e) Flores, plantas e sementes;
- f) Produtos alimentares tradicionais;
- g) Quinquilharias e artesanato;
- h) Vestuário e calçado;
- i) Jornais, revistas e afins;
- j) Bebidas alcoólicas fechadas, de teor vínico ou licoroso;

2- A Câmara Municipal, quando o julgar conveniente, poderá autorizar a venda accidental ou temporária de quaisquer outros produtos e artigos, nas bancas.

3- É proibido o consumo de bebidas alcoólicas no interior do Mercado Municipal, salvo quando:

- a) Em eventos ocasionais, desde que previamente autorizados pela Câmara Municipal;
- b) Disponibilização de amostras gratuitas dos produtos expostos para venda.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS LOCAIS DE VENDA

ARTIGO 7.º

REGIME DE ATRIBUIÇÃO

- 1- Podem candidatar-se à atribuição do direito de ocupação dos locais de venda do Mercado, pessoas singulares ou coletivas.
- 2- A atribuição das bancas pode ter natureza permanente, trimestral ou diária.



Município da Madalena

- 3- Qualquer pessoa singular ou coletiva não poderá ocupar mais de dois locais de venda no Mercado Municipal.
- 4- O ponto anterior pode ter como exceção, mediante decisão da Câmara Municipal, para finalidade de funcionamento completo do mercado, passando o limite máximo de três locais de venda por pessoa singular ou coletiva.

ARTIGO 8.º

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LOJAS COM CARÁCTER PERMANENTE E CARÁCTER TRIMESTRAL

- 1- Sempre que se verifique a vaga de uma loja, será o facto anunciado por aviso ou edital a afixar obrigatoriamente nos lugares de estilo e/ou na página online do Município.
- 2- O direito de ocupação de lojas será solicitado mediante requerimento, a fornecer na Divisão de Administrativa e Financeira- Setor de Taxas e Licenças do Município da Madalena.
- 3- No caso de haver dois ou mais interessados na mesma loja, efetuar-se-á arrematação em hasta pública, em reunião na Câmara Municipal.
- 4- Compete ao Município da Madalena, mediante deliberação da Câmara Municipal, definir os termos a que obedece ao procedimento de concessão, nomeadamente, o seu objeto, o valor mínimo dos lances, bem como, o dia, hora e local da sua realização.
- 5- O valor base da licitação, considerando os metros quadrados da loja, será determinado a quando da deliberação que aprove a Hasta Pública.
- 6- Se houver um só interessado, não se realizará arrematação e o direito de ocupação será concedido mediante o pagamento da taxa mínima de ocupação referida no número anterior.
- 7- Quando não tenha sido apresentada nenhuma proposta, o Município da Madalena, reserva-se o direito de proceder ao ajuste direto dos locais disponíveis.



Município da Madalena

8- O Município da Madalena reserva-se o direito não proceder à adjudicação, caso se apure haver conluio entre arrematadores e/ou prejuízo para o Município, não havendo lugar a qualquer indemnização.

ARTIGO 9.º

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE BANCAS COM CARÁCTER PERMANENTE E CARÁCTER TRIMESTRAL

1- Sempre que se verifique a vaga de uma banca, será o facto anunciado por aviso ou edital a afixar obrigatoriamente nos lugares de estilo e/ou na página online do Município.

2- O direito de ocupação de bancas será solicitado mediante requerimento, a fornecer na Divisão de Administrativa e Financeira- Setor de Taxas e Licenças do Município da Madalena

3- No caso de haver dois ou mais interessados na mesma banca, efetuar-se-á arrematação em hasta pública, em reunião na Câmara Municipal.

4- Compete ao Município da Madalena, mediante deliberação da Câmara Municipal, definir os termos a que obedece ao procedimento de concessão, nomeadamente, o seu objeto, o valor mínimo dos lances, bem como, o dia, hora e local da sua realização.

5- O valor base da licitação será determinado a quando da deliberação que aprove a Hasta Pública.

6- Se houver um só interessado, não se realizará arrematação e o direito de ocupação será concedido mediante o pagamento da taxa mínima de ocupação referida no número anterior.

7- Quando não tenha sido apresentada nenhuma proposta, o Município da Madalena, reserva-se o direito de proceder ao ajuste direto dos locais disponíveis.



Município da Madalena

8- O Município da Madalena reserva-se o direito de não proceder à adjudicação, caso se apure haver conluio entre arrematadores e/ou prejuízo para o Município, não havendo lugar a qualquer indemnização.

ARTIGO 10.º

ATRIBUIÇÃO DIÁRIA DAS BANCAS

1- As bancas não atribuídas com carácter permanente ou trimestral podem ser destinadas a vendas eventuais, a cultivadores e criadores, para a venda dos seus produtos nos locais que lhe forem designados pelo responsável do Mercado Municipal.

2- A atribuição destas bancas é diária e apenas pelo período de tempo compreendido entre as horas de abertura e a de encerramento do mercado, devendo o interessado requisitar a atribuição da banca junto ao responsável do Mercado no próprio dia em que ela seja pretendida e durante o período de funcionamento do Mercado.

3- A atribuição destes lugares é feita por ordem de chegada, sem direito de preferência alguma por parte dos ocupantes.

ARTIGO 11.º

ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1- A Câmara Municipal poderá anular a hasta pública ou o procedimento, quando se verifique, posteriormente à adjudicação, ter havido qualquer irregularidade ou a violação de qualquer disposição legal ou regulamentar aplicável por parte do adjudicatário, não havendo lugar a qualquer indemnização.

ARTIGO 12.º

DESISTÊNCIA

1- Em caso de desistência do adjudicatário, posterior ao pagamento de parte ou da totalidade do valor da adjudicação, este não tem direito de retorno.



Município da Madalena

2- Caso a desistência se verifique por facto imputável ao Município, o adjudicatário terá direito de retorno do valor já pago.

ARTIGO 13.º

INÍCIO DA ACTIVIDADE

1- Após a adjudicação transfere-se para o titular do direito de ocupação, o uso do correspondente espaço físico, ficando o mesmo responsável por todos os encargos a ele respeitantes e decorrentes da lei, contrato ou regulamento aplicável à atividade exercida.

2- Os titulares do direito de ocupação deverão cumprir todas as diligências necessárias junto das entidades competentes, com vista à obtenção das respetivas licenças ou autorizações para o espaço em causa.

3- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o arrematante é obrigado a iniciar a ocupação do local, no prazo máximo de 14 (catorze) dias, a partir da data da arrematação, sob pena de caducidade da respetiva autorização, sem restituição das quantias já pagas.

4- Nos casos em que sejam apresentados motivos justificados para a ausência, não se verifica o disposto no número anterior.

ARTIGO 14.º

SUSPENSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO

1- O direito de ocupação pode ser suspenso temporariamente, em função de melhoramentos ou transformações que se pretendam efetuar nas respetivas instalações, retomando a ocupação após o termo dos trabalhos.

2- Os ocupantes poderão ser transferidos para se obter a melhor organização do Mercado.



Município da Madalena

ARTIGO 15.º

PERÍODO DE CONCESSÃO

- 1- O direito de ocupação será atribuído pelos seguintes períodos:
 - a) 2 anos no que respeita ao artigo 8.º do presente regulamento;
 - b) 3 meses no que respeita ao artigo 9.º do presente regulamento.
- 2- Findo os prazos, haverá obrigatoriamente lugar a nova hasta pública.

ARTIGO 16.º

TAXA DE OCUPAÇÃO E OUTROS ENCARGOS DE NATUREZA PECUNIÁRIA

- 1- Pela utilização e ocupação de cada local de venda do Mercado será cobrada a taxa que se encontra fixada nos termos do Regulamento das Taxas Municipais, em vigor no Município da Madalena ou o valor apurado em Hasta Pública.
- 2- A totalidade da taxa de ocupação, para o período atribuído, deverá ser paga na totalidade, no prazo de 10 (dez) dias após a arrematação.
- 3- O adjudicatário poderá requerer o pagamento das taxas por meio de prestações, passando a pagar um valor mensal, e sendo o primeiro pagamento igual a metade do total da taxa de ocupação para o período atribuído.
- 4- O pagamento da prestação mensal deverá ser feita até ao 8º dia do mês respeitante.
- 5- Em caso de falha no ponto anterior ocorrerá:
 - a) Possibilidade de, ainda, pagamento da prestação até ao 30º dia do respetivo mês com uma agravante de 15%;
 - b) Em caso de falta total de pagamento de uma prestação, a licença do direito de ocupação caduca, assim como todas as prestações subsequentes.



Município da Madalena

CÁPITULO III

CONDIÇÕES GERAIS DE OCUPAÇÃO

ARTIGO 17.º

CEDÊNCIA

1- O direito de ocupação dos locais de venda de carácter permanente é intransmissível por atos entre vivos, total ou parcialmente, salvo o disposto nos pontos seguintes.

2- Por invalidez, devidamente comprovada.

3- Por redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo devidamente comprovada;

4- Por morte do ocupante, o direito de ocupação transmite-se ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens, ou na sua falta ou desinteresse, aos descendentes, se aquele ou estes ou os seus legais representantes o requererem nos 60 (sessenta) dias seguintes ao sucedido, instruindo o pedido com certidão de óbito e certidão de casamento ou nascimento, conforme os casos.

5- Para efeitos do disposto no número anterior, aplicam-se as seguintes regras:

- a) Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em grau;
- b) Entre os descendentes do mesmo grau e não havendo acordo entre eles para a atribuição do direito de ocupação, abrir-se-á licitação;
- c) No caso de existirem descendentes menores, o seu direito será exercido através do seu representante legal, até que os mesmos atinjam a maioridade;
- d) Quando um dos descendentes atingir a maioridade e pretenda explorar diretamente o local de venda deverá declarar, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do dia em que atingir a maioridade, sob pena de caducidade do direito.

6- Aos detentores dos títulos de ocupação é permitido ceder a terceiros o título que detêm, desde que a Câmara Municipal da Madalena o autorize.



Município da Madalena

7- A autorização referida no número anterior dependerá da regularização dos pagamentos devidos para com a Câmara Municipal, bem como o cumprimento, por parte do concessionário, das condições previstas no presente regulamento.

8- A transferência, subarrendamento ou cedência do local de venda a qualquer título, quando não autorizada Câmara Municipal, corresponde à perda do direito de ocupação tanto pelo seu titular como pelo indivíduo que o subarrendou ou a quem foi cedido.

7- Em caso de mudança de titular do local de venda haverá lugar ao pagamento de valor igual à base de licitação paga pelo espaço em causa, obrigando à emissão de nova licença em nome do concessionário.

ARTIGO 18.º

CADUCIDADE DO DIREITO DE OCUPAÇÃO

1- O direito de ocupação dos locais de venda caduca nos seguintes casos:

- a) Por morte ou invalidez do respetivo titular, não sendo requerida a sua substituição no prazo legal;
- b) Pela falta de pagamento das taxas correspondentes, durante três meses consecutivos no caso de ocupação de carácter permanente e durante um mês no caso de ocupação de carácter trimestral;
- c) Se a atividade não for iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da arrematação, sem motivo justificado;
- d) Pela cedência a terceiros, sem prévia autorização do Município da Madalena;
- e) Pela utilização do lugar para fins diferentes daqueles que foi concedido.



Município da Madalena

ARTIGO 19.º

EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO

1- O direito de ocupação de um local de venda extingue-se nos seguintes casos:

- a) Por caducidade ou resolução do direito de ocupação;
- b) Por destruição, supressão ou encerramento definitivo do local;
- c) Pela não utilização do local pelo respetivo titular de 10 (dez) dias seguidos de funcionamento do Mercado, salvo motivo de força maior devidamente justificado, ou período de férias igual a um máximo de 30 (trinta) dias por ano.
- d) Por renúncia do titular, participada por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, até ao dia 10 (dez) do mês anterior ao da cessação, sob pena de ficar obrigado ao pagamento das taxas respeitantes ao mês seguinte;
- e) Nos casos previstos no presente regulamento.

2- A extinção do direito de ocupação ou a suspensão temporária do seu exercício não confere ao respetivo titular o direito a qualquer indemnização, salvo se resultarem de facto ilícito imputável ao Município.

ARTIGO 20.º

INTERRUPÇÃO TEMPORÁRIA DA OCUPAÇÃO DO LOCAL DE VENDA

Quando qualquer titular do local de venda, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, não puder dirigir temporariamente o seu local de venda deverá apresentar de imediato declaração escrita dirigida ao responsável municipal pelo mercado, indicando o tempo e motivo de ausência, assim como, o nome e morada de quem o substitui, se for caso, situação esta previamente autorizada pela Câmara Municipal.



Município da Madalena

ARTIGO 21.º

OBRAS

1- A realização de quaisquer obras, ainda que de simples adaptação, nos espaços ocupados, depende de prévia autorização do Município da Madalena.

2- As obras e benfeitorias efetuadas, quando autorizadas, ficarão propriedade do Município da Madalena, sem direito a qualquer indemnização ao interessado, e sem que este possa alegar direito de retenção.

ARTIGO 22.º

PUBLICIDADE

1- É proibida a afixação de quaisquer meios de propaganda nas bancas do Mercado.

2- É proibida a utilização de qualquer tipo de aparelho sonoro no Mercado Municipal, salvo autorização da Câmara Municipal da Madalena.

CAPÍTULO IV

FUNCIONAMENTO DO MERCADO

ARTIGO 23.º

HORÁRIO E FUNCIONAMENTO

1- As bancas e lojas do Mercado Municipal abrem ao público terça-feira a domingo, exceto quando coincida com dia de feriado, com o seguinte horário de funcionamento:

a) Abertura às 9 horas

b) Encerramento às 16 horas.

2- O horário de funcionamento previsto no número anterior poderá ser objeto de alteração por deliberação da Câmara Municipal, devendo ser dado conhecimento



Município da Madalena

desse facto à Assembleia Municipal, e publicitado por edital e na página eletrónica do Município.

3- Não é autorizada a permanência, no Mercado, de quaisquer pessoas estranhas ao serviço, fora da hora de funcionamento.

4- A entrada ou permanência de qualquer titular do local de venda, ou pessoas ao seu serviço, fora dos horários de funcionamento estabelecidos ou de abastecimento, carece de autorização do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada, a conceder apenas por motivos ponderosos e justificados.

5- Por motivos de força maior ou nos casos em que se verifique a necessidade de se proceder a operações de manutenção, poderá o funcionamento do Mercado ser suspenso, pelo período de tempo estritamente necessário, sem que disso decorra qualquer tipo de indemnização, suspensão esta que será comunicada com devida antecedência.

6- Durante as horas de funcionamento das bancas do Mercado é expressamente proibida a venda ambulante na zona envolvente ao Mercado Municipal de quaisquer géneros ou artigos que neles estejam expostos à venda.

7- Os titulares das lojas permanentes fechadas, podem manter a sua loja aberta fora do horário de funcionamento do mercado, respeitando no entanto, o horário decorrente da legislação em vigor, não tendo ao seu dispor a Zona Técnica de Apoio, aberta apenas durante o normal horário de funcionamento do mercado.

ARTIGO 24.º

ABASTECIMENTO

1- A fim de permitir a entrada e saída de géneros, o Mercado abre uma hora antes e encerra uma hora depois do horário fixado no artigo anterior, não podendo existir abastecimentos posteriores sem autorização prévia do responsável municipal competente.



Município da Madalena

2- Em função da especificidade do produto, pode ser autorizado um horário de cargas e descargas distinto do previsto no ponto anterior, mediante a apresentação de motivos devidamente justificados.

3- O abastecimento para o interior do Mercado far-se-á, exclusivamente, pelas portas destinadas para esse efeito.

4- Os locais destinados à entrada de mercadorias para abastecimento devem manter-se desimpedidos, devendo a sua ocupação ocorrer apenas durante o período estritamente necessário às operações de cargas e descargas.

CAPÍTULO V

EXPOSIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E VENDA DE PRODUTOS

ARTIGO 25.º

EXPOSIÇÃO E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS A VENDER

1- Os produtos devem ser expostos de modo adequado à preservação do seu bom estado e, bem assim, em condições hígio-sanitárias, de modo a não afetarem a saúde dos consumidores.

2- Na arrumação e exposição dos produtos é obrigatório separar os produtos alimentares de natureza diferente, bem como mantê-los isolados de quaisquer outros alimentos suscetíveis de afetar de modo algum as características e qualidade dos mesmos.

3- No acondicionamento dos géneros alimentícios deverá ser utilizado material adequado que ainda não tenha sido utilizado e que não contenha dizeres impressos.



Município da Madalena

ARTIGO 26.º

REQUISITOS DE HIGIENE E LIMPEZA

- 1- Os titulares dos locais de venda do mercado devem observar as normas de higiene, designadamente quanto à limpeza dos recintos, ao uso de vestuário em bom estado de asseio e ao elevado grau de higiene pessoal.
- 2- É obrigatória a higienização das mãos ou luvas no início dos trabalhos, sempre que se mude de tarefa ou produto, devendo as luvas ser retiradas para manipular dinheiro.
- 3- Os produtos alimentícios não deverão estar em contacto com o solo.
- 4- Qualquer titular de local de venda que apresente feridas infetadas ou infeções cutâneas ou doenças suscetíveis de transmissão a outros ou a alimentos, não poderá, enquanto essa situação perdurar, desempenhar funções no mercado, na medida em que poderá contaminar direta ou indiretamente os géneros alimentícios com microrganismos patogénicos.

ARTIGO 27.º

AFIXAÇÃO DOS PREÇOS

- 1- Os preços terão de ser praticados em conformidade com legislação em vigor.
- 2- Todos os produtos destinados à venda devem exibir o respetivo preço de venda ou o preço de unidade de medida quando sejam comercializados a granel ou pré-embalados.
- 3- A indicação dos preços de venda e da unidade de medida deve ser feita de modo inequívoco e perfeitamente legível, através da utilização de etiquetas, por forma a ser prestada ao consumidor a melhor informação, de acordo com a legislação em vigor.
- 4- É proibido aumentar, no mesmo dia de funcionamento do mercado, os preços inicialmente arcados para venda.



Município da Madalena

ARTIGO 28.º

MATERIAIS E UTENSÍLIOS

- 1- Os equipamentos e utensílios utilizados devem ser materiais resistentes à corrosão, não absorventes e não tóxicos, de fácil limpeza e desinfecção e não devem transmitir odores ou sabores, devendo estes ser mantidos em bom estado de conservação, asseio e higiene.
- 2- Os instrumentos de pesar e medir, para além de satisfazerem os requisitos legais, devem ser de material adequado à preservação dos produtos e à pesagem a que se destinam.
- 3- Os materiais utilizados devem ser conservados e mantidos em rigoroso estado de higiene e limpeza.
- 4- Qualquer equipamento que venha a integrar o espaço de vendas ou outro espaço de mercado carece de avaliação prévia do responsável municipal competente.

ARTIGO 29.º

RESÍDUOS

- 1- Os resíduos provenientes dos géneros alimentícios ou outros não devem ser acumulados em locais onde são manipulados alimentos, exceto na medida em que tal seja inevitável para a execução adequada do trabalho.
- 2- Os resíduos devem ser depositados em contentores que possam ser fechados.
- 3- A remoção dos subprodutos ficará a cargo da Câmara Municipal da Madalena.
- 4- É obrigatória a separação do tipo de resíduos de acordo com a sua origem.
- 5- Os locais de armazenagem dos resíduos devem ser concebidos e utilizados de modo a permitir boas condições de limpeza, impedir o acesso de animais e a contaminação dos géneros alimentícios, dos equipamentos e das instalações.



Município da Madalena

ARTIGO 30.º

VESTUÁRIO

O vestuário dos titulares dos locais de venda do Mercado e seus empregados ou ajudantes deve obedecer a todas as disposições legais em vigor, podendo ser descartável ou não, sendo preferível o uso de calças e casaco ou peça única, tipo uniforme, touca e calçado de borracha ou emborrachado, sendo permitido o uso de protetores de calçado descartáveis.

CAPÍTULO VI

DO EXECÍCIO DA ACTIVIDADE

ARTIGO 31.º

LICENÇA DE OCUPAÇÃO

1- Após a adjudicação do local de venda e o pagamento do valor da arrematação e outros valores devidos, o Presidente da Câmara Municipal emite um Alvará de Licença de Ocupação em nome do titular do local de venda.

2- Do Alvará de Licença devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do local de venda;
- b) Referência à forma como acedeu ao local;
- c) Identificação do local ocupado, a sua dimensão e localização;
- d) Ramo de atividade autorizado a exercer;
- e) Tipos de produtos autorizados a comercializar;
- f) Horário de funcionamento ao público;
- g) Condições especiais de ocupação;



Município da Madalena

h) Data de emissão e validade da licença.

3- Pela emissão do Alvará de Licença de Ocupação há lugar ao pagamento da taxa definida no Regulamento de Taxas Municipais.

4- O Alvará de Licença de Ocupação deverá estar sempre em poder do ocupante, devendo ser apresentado aos serviços municipais, quando no exercício das suas funções o solicitem.

5- Nos casos de inutilização ou extravio, deverá, o titular do local de venda em causa solicitar de imediato a sua substituição, mediante o pagamento da respetiva taxa.

ARTIGO 32.º

TROCA

1- Em caso devidamente justificados e a requerimento dos interessados, pode o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências delegadas autorizar a troca de lugares, apenas no que diz respeito às bancas.

2- Para que a autorização da troca se concretize é necessária a anuência dos dois comerciantes envolvidos, e a troca não poderá afetar a organização do Mercado, nomeadamente quanto ao tipo de produtos que se comercializa.

ARTIGO 33.º

MUDANÇA DE ACTIVIDADE

1- A mudança da atividade económica exercida no local pelo interessado depende de autorização da Câmara Municipal.

2- A alteração deve ser solicitada em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com especificação da nova atividade pretendida.



Município da Madalena

CAPÍTULO VII

PROIBIÇÕES E CONDICIONALISMOS AO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE

ARTIGO 34.º

DEVERES DOS TITULARES DOS LOCAIS DE VENDA

1-Constituem deveres dos titulares dos locais de venda do Mercado, para além do integral cumprimento do disposto no presente regulamento e de todas as normas legais e regulamentares que disciplinam a atividade:

- a) Tratar o público e as entidades competentes para a fiscalização com civismo;
- b) Evitar incómodos para o público ou para os outros titulares dos locais de venda, designadamente na forma como transportam, guardam ou acondicionam, expõem ou vendem os produtos.
- c) Evitar alaridos, discussões ou conflitos, em questões de serviço ou estranhas ao seu próprio negócio, por forma a não perturbar o bom e regular funcionamento do mercado;
- d) Acatar e dar pronto cumprimento às ordens legítimas das entidades competentes para fiscalização;
- e) Evitar desperdícios de água ou de eletricidade;
- f) Impedir que nos espaços interiores dos lugares estejam pessoas estranhas à atividade autorizada;
- g) Não lançar no pavimento quaisquer desperdícios, restos, lixo ou outros materiais, efetuando a sua remoção apenas para os dispositivos ou locais para isso destinados;
- h) Ocupar o lugar que lhe for atribuído e não utilizar para fins diferentes daqueles para que lhe foi determinado;
- i) Proceder ao pagamento das taxas devidas;



Município da Madalena

- j) Zelar pela manutenção e limpeza do espaço cedido, removendo todos os resíduos das bancas e chão no seu local de venda para os recipientes de recolha adequados;
- k) Cumprir as demais obrigações fixadas no presente regulamento, bem como na legislação em vigor em matéria de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho comercialização, exposição, preparação, acondicionamento, rotulagem de produtos, afixação de preços e medidas de prevenção e eliminação de pragas.
- l) Ser portador de todas as licenças que o habilitem ao exercício da atividade, bem como, das faturas comprovativas da aquisição de produtos para venda ao público, nos termos previstos no Código de Imposto de Valor Acrescentado, e exibi-los sempre que solicitados pelas autoridades competentes, com exceção dos artigos de fabrico ou produção próprios.

ARTIGO 35.º

PROIBIÇÕES

- 1- É expressamente proibido aos titulares dos locais de venda do Mercado:
 - a) Dar ou prometer aos trabalhadores ou agentes municipais quaisquer bens ou fazer qualquer tentativa de suborno;
 - b) Comer no local de venda;
 - c) Fumar;
 - d) Apresentar-se no seu local de venda com aspeto embriagado ou de maneira considerada imprópria pela fiscalização;
 - e) Desrespeitar as normas ou instruções de funcionamento do mercado e indicados pela fiscalização;
 - f) Utilizar produtos externos para limpeza e higienização do local de venda e restantes espaços comuns de utilização;
 - g) Impedir ou dificultar o exercício das funções atribuídas aos funcionários municipais;



Município da Madalena

2- Aos frequentadores do mercado não é permitido fazer-se acompanhar de cães ou de quaisquer outros animais, à exceção do “cão-guia”.

ARTIGO 36.º

DIREITOS DOS TITULARES DOS LOCAIS DE VENDA DO MERCADO

1- Constituem direitos dos titulares dos locais de venda do Mercado:

- a) Ser mantido o direito de ocupação dos lugares de venda, nos termos e limites que lhe foram atribuídos;
- b) Reclamar contra todos os atos ou omissões dos funcionários municipais contrários ao disposto no presente regulamento e legislação aplicável.

ARTIGO 37.º

RESPONSABILIDADES DOS TITULARES DOS LOCAIS DE VENDA DO MERCADO

1- Todos os titulares dos locais de venda do Mercado são responsáveis pelos danos que causarem no Mercado ou nos utensílios de qualquer natureza, pertencentes ao Município da Madalena, ao qual serão obrigados a pagar os prejuízos que causarem, independentemente da coima que lhe poderá ser aplicada.

2- Os titulares dos locais de venda do Mercado são também responsáveis perante o Município da Madalena pelos atos contrários ao disposto no presente regulamento e legislação aplicável, dos indivíduos que os substituam ou auxiliem.



Município da Madalena

CAPÍTULO VIII

TRABALHADORES DO MERCADO

ARTIGO 38.º

TRABALHADORES DO MERCADO

- 1- O pessoal afeto ao mercado está imediatamente subordinado ao Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada.
- 2- No desempenho das suas funções, os trabalhadores do Mercado devem usar vestuário adequado, aplicando-se-lhes o disposto no artigo 32.º do presente regulamento.
- 3- Os trabalhadores do Mercado devem exercer uma ação pedagógica junto dos ocupantes do Mercado com vista ao acatamento voluntário do presente documento e legislação aplicável e, de forma geral, à melhoria das condições em que os produtos são oferecidos aos consumidores.
- 4- O pessoal do Mercado não pode valer-se da sua qualidade para auferir lucros ilícitos, nem pode exercer no Mercado, por si ou por interposta pessoa, qualquer ramo do negócio.

ARTIGO 39.º

COMPETÊNCIAS DO RESPONSÁVEL DO MERCADO

- 1- Compete ao responsável do Mercado:
 - a) Toda a superintendência nos serviços do Mercado e sua fiscalização;
 - b) Distribuir e ordenar os lugares e bom funcionamento do mercado, com a faculdade de recorrer às forças de ordem pública, quando necessário;
 - c) A guarda do inventário de todo o material e utensílios do Mercado e sua verificação para tomar conhecimento e dar parte ao Presidente da Câmara ou ao Vereador com competência delegada das faltas ou avarias ocorridas;



Município da Madalena

- d) Não permitir que o material ou utensílios atribuídos ao Mercado tenham uso diferente daquele a que se destinam;
- e) A fiscalização da limpeza do Mercado e de todos os seus locais de venda, principalmente durante as horas de funcionamento;
- f) A fiscalização da entrada e devida arrumação das mercadorias, providenciando para que a distribuição e a ocupação dos locais se faça com ordem e brevidade, não faltando neles, oportunamente, todos os utensílios que lhe sejam próprios.
- g) A fiscalização da saída dos vendedores para que sejam cumpridas as disposições do presente regulamento e que todos os locais e utensílios sejam deixados em perfeito estado;
- h) Receber e dar pronto andamento a todas as reclamações que lhe sejam dirigidas, quer a resolução caiba na sua competência, quer tenha de as submeter à apreciação e decisão do Presidente da Câmara Municipal da Madalena;
- i) Participar todas as violações ao presente regulamento ou ocorrências de que tenham conhecimento, identificando testemunhas sempre que for possível;
- j) Zelar pela regular e rigorosa arrecadação de todas as receitas do Mercado;
- k) Ter à sua guarda a responsabilidade dos livros, registos, senhas e mais documentação respeitantes à cobrança das taxas que lhe compete;
- l) O recebimento e guarda à sua inteira responsabilidade do momento de todas as importâncias recebidas, até proceder à sua entrega;
- m) A atribuição e distribuição, nos termos do presente regulamento, de todos os locais de venda de carácter não permanente;
- n) Não se ausentar do serviço durante o funcionamento do Mercado;
- o) Providenciar o cumprimento do horário do Mercado;
- p) Zelar pela higiene e limpeza diária das instalações do Mercado;



Município da Madalena

- q) Cumprir e fazer cumprir o determinado no presente regulamento e demais legislação aplicável;
- r) Exercer as demais competências previstas no regulamento de Organização dos Serviços Municipais.

CAPÍTULO IX

INSPEÇÃO SANITÁRIA

ARTIGO 40.º

INSPEÇÃO SANITÁRIA

- 1- A inspeção sanitária do Mercado é da responsabilidade Veterinária Municipal.
- 2- A frequência e o momento em que a inspeção sanitária é efetuada resultam do critério da Veterinária Municipal, que terá em conta o dia e a hora de entrada da entrada de produtos e o volume de vendas previsto em cada época do ano.
- 3- Neste âmbito, compete à Veterinária Municipal, designadamente:
 - a) Propor as medidas preventivas e corretivas que confirmam eficácia e eficiência aos serviços do Mercado;
 - b) Vigiar as condições dos locais de venda;
 - c) Solicitar, em caso de necessidade, a intervenção de entidades administrativas e policiais;
 - d) Controlar as condições hígio-sanitárias e técnico-funcionais inerentes à comercialização de géneros alimentícios;
 - e) Proceder à apreensão de material, produtos e artigos existentes no Mercado que não respeitem as normas legais e regulamentares em vigor;
 - f) Exercer as demais competências previstas na lei.



Município da Madalena

4- Independentemente da inspeção sanitária, a venda de produtos inicia-se às 09H00.

CAPÍTULO X

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

ARTIGO 41.º

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

A fiscalização do disposto no presente regulamento compete ao Serviço de Fiscalização do Município da Madalena, bem como ao responsável do Mercado, de acordo com as competências previstas no presente Regulamento, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, nomeadamente à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

ARTIGO 42.º

PROCEDIMENTO CONTRAORDENACIONAL

- 1- Compete ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador com competência delegada, a instauração e a instrução dos processos de contra-ordenação, bem como a aplicação de coimas e sanções acessórias previstas no presente regulamento.
- 2- O processo de contra-ordenações previsto no presente regulamento está subordinado ao regime geral do ilícito de mera ordenação social.
- 3- O produto da aplicação das coimas referidas no artigo 43.º do presente regulamento reverte a favor do Município da Madalena.



Município da Madalena

ARTIGO 43.º

CONTRA-ORDENAÇÃO

1- Sem prejuízo do estabelecido nas disposições legais aplicáveis, constitui contra-ordenação a violação do disposto no presente regulamento, nomeadamente:

- a) A cedência a terceiros, a qualquer título e sem autorização do Município da Madalena, do local de venda, em desrespeito pelo disposto no n.º 6 do artigo 17.º do presente regulamento;
- b) A realização de obras nos locais de venda, sem prévia e expressa autorização do Município da Madalena, nos termos do artigo 21.º do presente regulamento;
- c) Proceder à afixação ou utilização de quaisquer meios publicitários no interior do mercado, em desrespeito pelo estipulado no artigo 22.º do presente regulamento;
- d) Vender produtos fora do horário fixado nos nºs 1 e 2, do artigo 23.º do presente regulamento;
- e) Permanecer nos locais de venda e restantes espaços do Mercado para além dos períodos de tolerância concedidos antes da abertura e após encerramento, sem autorização a que alude o nº 4 do artigo 23.º do presente regulamento;
- f) A violação do disposto no artigo 24.º do presente regulamento, através da entrada ou saída de géneros fora dos horários de abastecimento estabelecidos ou em desrespeito pelas disposições regulamentares previstas quanto aos locais de entrada, meios e regras de mobilização e períodos de tempo autorizados para cargas e descargas.
- g) A violação do disposto nos artigos 25.º e 26.º do presente regulamento, quando as normas de acondicionamento e higiene não forem respeitadas, devendo de imediato suprir tais faltas;
- h) A ocupação do local de venda para fins diversos daqueles para os quais inicialmente foi concedido;
- i) A não utilização injustificada do local de venda por um período superior a 8 (oito) dias por ano;



Município da Madalena

- j) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 27, do presente regulamento;
- k) A violação do disposto no artigo 30.º, do presente regulamento;
- l) O não cumprimento do disposto nos artigos 34.º e 35.º, do presente regulamento;
- m) Exercício da venda por quem não esteja habilitado ou autorizado;
- n) A ocupação de um local de venda não atribuído ou cuja atribuição tenha caducado e pelo exercício da venda fora do respetivo local;
- o) O suborno a trabalhadores do Mercado, sem prejuízo da responsabilidade criminal;
- p) A oposição, por ação ou omissão, à verificação e inspeção dos locais de venda, utensílios, materiais, produtos e documentos relativos a estes, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

ARTIGO 44.º

COIMAS

1- A infração ao disposto no presente Regulamento constitui contra-ordenação punível com as seguintes coimas:

- a) Nos casos previstos nas alíneas a), g), h), l) e o), do artigo 43.º, com coima de 100.00 € até ao máximo de 1000.00 €, caso de pessoas singulares e de 150.00 € até ao máximo de 3500.00 €, no caso de pessoas coletivas;
- b) Nos casos previstos nas alíneas b), c), d), e) e f), do artigo 43.º, com coima de 50.00 € até ao máximo de 500.00 €, no caso de pessoas singulares e de 100.00 € até ao máximo de 1000.00 €, no caso de pessoas coletivas;
- c) Nos casos previstos nas alíneas i), j), k), m), n) e p), do artigo 43.º, com coima de 200.00 € até ao máximo de 2000.00 €, no caso de pessoas singulares e de 250.00 € até ao máximo de 5000.00 €, no caso de pessoas coletivas.

2- A tentativa e a negligência são sempre puníveis, sendo o limite máximo das coimas reduzido para metade.



Município da Madalena

3- A aplicação de uma coima no âmbito de um processo de contra-ordenação não obsta à reparação dos danos verificados, nos termos previstos no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.

ARTIGO 45.º

SANÇÕES ACESSÓRIAS

1- Às contra-ordenações previstas no artigo 43.º, são aplicáveis as seguintes sanções acessórias, em função da gravidade da infração e da culpa do agente:

- a) Apreensão de géneros, produtos ou objetos pertencentes ao agente e utilizado como instrumentos na prática da infração;
- b) Privação do direito de participar em arrematações ou procedimentos que tenham por objeto os locais de venda do Mercado;
- c) Suspensão da autorização de ocupação do local de venda.

2- As sanções acessórias previstas nas alíneas b) e c) do número anterior têm a duração máxima de 2 (dois) anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

3- A sanção acessória referida na alínea a) do nº 1, só pode ser decretada quando os objetos servirem ou estavam destinados a servir para a prática da contra-ordenação.

4- Para além das situações previstas no nº 1 do presente artigo, pode ser aplicada a sanção acessória de revogação da licença de ocupação nos seguintes casos:

- a) Quando o titular do local de venda ceda a terceiros, a qualquer título e sem autorização da câmara Municipal, a exploração do local;
- b) Quando o titular do local de venda utilizar o local para fins diversos daqueles para os quais inicialmente foi concedido;
- c) Quando o titular do local de venda injustificadamente não utilize o local de venda por um período superior a 8 (oito) dias anuais.



Município da Madalena

ARTIGO 46.º

REINCIDÊNCIA

1- É punido como reincidente quem cometer uma contra-ordenação idêntica praticada com dolo, depois de ter sido condenado por qualquer outra contra-ordenação.

2- A infração pela qual o agente tenha sido condenado não revela para os efeitos de reincidência se entre as duas primeiras infrações tiver decorrido o prazo de prescrição da primeira.

3- Em caso de reincidência, os limites máximos e mínimos das coimas a aplicar às contra-ordenações, são agravados com um acréscimo de 1/3, não podendo exceder o limite máximo previsto no regime geral do ilícito de mera ordenação social.

ARTIGO 47.º

MEDIDA DA COIMA

1- A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral do ilícito de mera ordenação social.

2- Sem prejuízo do disposto no regime geral do ilícito de mera ordenação social e dentro da moldura abstratamente aplicável, referida no artigo 43.º do presente Regulamento, a coima deve exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.



Município da Madalena

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

ARTIGO 48.º

CASOS OMISSOS E INTERPRETAÇÃO

As dúvidas e ou omissões na interpretação e ou aplicação do presente Regulamento serão dirimidas e ou integradas por deliberação do Órgão Executivo, mediante apresentação de proposta do Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 49.º

ENTRADA EM VIGOR

1- O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a sua afixação, nos lugares públicos do costume, nos Editais que publiquem a sua aprovação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.